

O magistério primário no Rio de Janeiro e Lisboa em fins do século XIX

Primary instruction in Rio de Janeiro and Lisbon in late 19th century

Sonia de Castro LOPES¹

Resumo

Este artigo analisa o processo de formação e profissionalização da atividade docente no Brasil e em Portugal no final do século XIX, por meio do exame de impressos pedagógicos publicados nos dois países. No caso brasileiro, elegeu-se a revista *O Ensino Primário: Revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários*, entre 1884 e 1885 e no caso português selecionou-se *O Ensino: Revista d'Instrução Primaria* (1885-1890), cujo diretor, Theophilo Ferreira, se consagrou não só como professor primário e diretor da Escola Normal de Lisboa, mas como político cujas ações se voltaram para defender os interesses dos *obreiros do progresso*, como ele se referia aos docentes que atuavam nesse grau de ensino.

Palavras-chave: Profissão Docente. Magistério Primário. História da Educação Comparada. Imprensa Pedagógica.

Abstract

This article analyses the process of training and professionalization of teaching activity in Brazil and Portugal in late 19th century by assessing educational publications from both countries. In Brazil, the selected material was the journal entitled *O Ensino Primário: Revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários* [equivalent to 'Primary Instruction: a monthly journal written by and directed towards the interests of primary teachers], published between 1884 and 1885. From Portugal, the selected publication was *O Ensino: Revista d'Instrução Primaria* [*Teaching: The Primary Instruction Journal*], published between 1885 and 1890, whose editor Theophilo Ferreira, was acknowledged not only for his performance as a primary teacher and principal of the Teacher Preparation School of Lisbon but also as a politician whose actions aimed to defend the interests of the *laborers of progress* – as he labeled primary teachers.

Keywords: The Teaching Profession. Primary Instruction. History of Compared Education. Educational Publications.

1 Professora de Educação Brasileira e História da Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRJ. Pesquisadora e atual coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ). Avenida Pasteur, 250, Urca, Rio de Janeiro. T. 25418392. E-mail: <sm.lopes@ globo.com>

Introdução

Nas duas últimas décadas têm ocorrido tanto no Brasil quanto em Portugal reformas educacionais que conferem aos professores papéis centrais no âmbito das políticas públicas. Essas medidas produzem fortes impactos sobre o trabalho docente, na medida em que são os professores os responsáveis pelo sucesso da implantação dessas reformas. Ao mesmo tempo em que existe, no dizer de Nóvoa (2007, p. 8), uma “[...] inflação retórica sobre a missão dos professores [...]”, o que implica, evidentemente, maior visibilidade social, os docentes enfrentam uma demanda de funções que ultrapassa os limites de sua formação. Tal situação acaba por gerar desconforto em termos profissionais, que se reflete num processo de desvalorização crescente, tanto em relação às suas competências quanto à sua autonomia.

Na verdade, os projetos reformadores caracterizam o sistema educacional português desde o século XVIII e, já na primeira metade do XIX, se discutem questões avançadas, como a gratuidade do ensino e a obrigatoriedade escolar, embora houvesse incapacidade política para resolvê-las. No Brasil de oitocentos um conjunto de propostas relativas ao ensino popular também esteve presente nos discursos governamentais, ainda que sempre existisse, como em Portugal, um verdadeiro abismo entre as intenções e a realidade concreta.

A mais forte razão para se retornar os estudos ao século XIX deriva do fato de ser este momento considerado o *século da escola*, especialmente em seu último quartel. É justamente neste período que se definem os contornos dos dois sistemas educativos, sobretudo no que se refere à emergência de um significativo movimento de ideias pedagógicas e o início do processo de afirmação da profissão docente. Por isso, o estudo dessa época contribui, de forma significativa, para a compreensão de nossa própria atualidade.

António Nóvoa afirma que atualmente fala-se muito das escolas e dos professores, mas eles mesmos não têm tido voz, posto que “[...] há uma espécie de silêncio de uma profissão que perdeu visibilidade no espaço público” (NÓVOA, 2007, p. 9).

Priorizo, portanto, no presente estudo, impressos pedagógicos publicados nos dois países para que se possa ouvir um pouco dessa voz silenciada, ainda que em tempos pretéritos. De que forma os homens do século XIX sentiam os problemas do professorado e como almejavam a implantação dessas reformas? A maneira de encarar a questão e o sentido atribuído à docência evidentemente mudaram neste espaço de século, mas as continuidades podem oferecer subsídios para se pensar a profissão docente numa perspectiva de longa duração, pois, do ponto de vista estrutural, ainda há aspectos a serem investigados e que talvez forneçam pistas para novas pesquisas sobre a temática.

A utilização dos impressos pedagógicos como fontes para os estudos em História da Educação vem sendo amplamente explorada pelos pesquisadores que se debruçam sobre a realidade oitocentista. Em Portugal, além da pesquisa de fôlego desenvolvida por Nóvoa (1993) que culminou na elaboração de um repertório sobre a imprensa de educação e ensino, destaco a pertinência dos estudos de Carvalho (2007, 2009) sobre a circulação do conhecimento educacional por meio das publicações pedagógicas. No Brasil, igualmente conhecidos são os estudos de Catani e Bastos (2002) que destacam a imprensa periódica educacional como fonte privilegiada para a história da educação. E ainda, por meio de uma perspectiva comparada, Fernandes (2006) propõe uma análise sobre revistas de educação e ensino, no Brasil e em Portugal, no período que se estende dos dois últimos decênios do século XIX às primeiras décadas do século XX.

No presente artigo, três foram os critérios utilizados para a escolha das revistas e estes se pautaram mais pelas familiaridades do que pelos estranhamentos entre elas. Inicialmente, a cronologia (ambas datam da década de 1880); em segundo lugar, o interesse dos periódicos pela causa do magistério primário. A revista brasileira *O Ensino Primário*, cujo subtítulo *Revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários* por si só explica as razões da escolha, tem entre seus principais redatores os experientes professores Januário Sabino e Luiz dos Reis. No caso português, em meio a centenas de publicações inventariadas por Nóvoa (2005a) foi selecionada a revista *O Ensino: Revista d'Instrução Primaria*,² cujo diretor, Theophilo Ferreira se consagrou não só como professor primário e diretor da Escola Normal de Lisboa, mas como político cujas ações se voltaram para defender os interesses dos *obreiros do progresso*, como ele se referia aos docentes que atuavam nesse nível de ensino. Como última semelhança, o formato das revistas. Ambas possuem uma estrutura que abre espaço não apenas a discussões sobre a situação profissional docente, mas também incluem questões práticas e teóricas relacionadas à escola primária e seus métodos de ensino, além de divulgarem atos oficiais e concursos que pudessem interessar à categoria.

Os impressos pedagógicos, aqui compreendidos como objetos culturais (CHARTIER, 1990), são, em nosso entender, dispositivos capazes de revelar as múltiplas faces do campo educacional, além de representarem um espaço no qual os profissionais podem se fazer ouvir na defesa dos interesses de sua categoria. Como observa Nóvoa

2 A revista *O Ensino* foi editada entre 1885 e 1890, mas só encontramos na Biblioteca Nacional de Portugal exemplares publicados até 1887, sendo infrutífera também a busca na Hemeroteca Municipal de Lisboa. O periódico teve como subtítulo, entre 1885 e 1887, *Revista d'Instrução Primaria*; entretanto, no período de 15/01/1888 a 1/1/1889 passou a denominar-se *Revista Pedagógica d'Instrução Primaria* e, a partir daí, *Revista Pedagógica Portuguesa* (NÓVOA, 2005a).

(2002, p. 13), “[...] a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polêmicas e conflitos; [...] a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura”.

Do ponto de vista metodológico, cabe explicitar a perspectiva comparativa que este trabalho assume, posto que a história da educação, bastante influenciada pela história cultural nas duas últimas décadas, vem sendo marcada pela internacionalização dos discursos educacionais, bem como de suas formas organizacionais, verificando-se uma retomada desse tipo de estudos (NÓVOA, 1995, 1998, 2005b).

No entender dos especialistas, uma história comparada deve, para além da identificação, análise e compreensão de semelhanças e diferenças, trazer à luz relações e interdependências entre os casos estudados. Essa abordagem metodológica vem assumindo diferentes denominações, tais como *histórias conectadas* (SUBRAHMANYAN, 1997 apud GRUZINSKI, 2001) ou *histórias cruzadas* (WERNER; ZIMMERMANN, 2004) e, de acordo com Carvalho (2007, p. 151), “[...] movem-se mais pela procura daquilo que une do que daquilo que separa”.

Outro desafio a ser enfrentado pelos estudos comparados, no tocante à metodologia, diz respeito à homogeneidade dos corpos documentais, ou seja, a utilização de fontes realmente comparáveis que irão viabilizar o estudo de objetos bem recortados. Nessa perspectiva, este estudo buscará ouvir a *voz dos professores* por meio da imprensa pedagógica, campo onde se explicitavam representações acerca do ofício, divergências em relação a modelos formativos, circulação de ideias pedagógicas e novas metodologias de ensino, além de manifestações em defesa dos interesses da classe, notadamente, reivindicações por melhoria de salários e condições de trabalho.

Embora as duas revistas possuam estruturas bastante semelhantes, nos limites deste artigo procuro recortar meu objeto de investigação nas sessões que tratam especificamente das condições de trabalho e sobrevivência do professorado, da fragmentação da categoria, questões diretamente articuladas ao processo de reformas que atravessou a política educacional dos dois países nesse período.

Em relação aos espaços geográficos nos quais as publicações se estruturam – Rio de Janeiro e Lisboa – é certo que estamos a tratar de cidades que encarnam o *espírito nacional*, mas também podem ser pensados como centros urbanos que se apropriam, reelaboram e difundem em nível *supranacional* ideias, valores, comportamentos, enfim todo um aparato cultural que ao mesmo tempo as individualiza e internacionaliza. Nessa perspectiva, podemos trilhar o percurso sugerido pelo trabalho de Carvalho (2009) e perceber as revistas enquanto *realidades sócio-organizacionais e comunicacionais*, por compreenderem tanto “[...] os recursos materiais e os fenômenos de autoridade, de influência, de prestígio que marcam as relações entre os que se envolvem na produção de periódicos [...]” quanto “[...] os modos através dos quais esses atores atribuem sentido ao mundo” (CARVALHO, 2009, p. 191).

Da análise desse corpus documental emergiram três ideias-matrizes que tornaram possível compreender as prováveis articulações entre o percurso da profissão docente no Brasil e em Portugal no final de oitocentos: a) a ideologia do progresso; b) o binômio centralização/descentralização da instrução primária; c) os percursos do estatuto profissional docente.

A ideologia do progresso

Esse pensamento que permeia todo o século XIX, especialmente no seu último quartel, serviu para difundir um modelo específico de escola e de professor. Afinal, a preocupação com a educação popular, que gerou o fenômeno *escola de massas*, determinou a demanda pela formação dos docentes em estabelecimentos próprios – as escolas normais – responsáveis pela formação profissional de sujeitos cuja imagem aproxima-se do sacerdócio (é recorrente a alusão à figura do professor-sacerdote nas revistas examinadas). À semelhança destes, os professores deveriam apresentar qualidades como a humildade e a obediência, necessárias ao seu status de funcionários públicos, possuir origens sociais modestas e demonstrar vocação para o magistério.

Na verdade, tanto no Brasil quanto em Portugal, almejava-se formar um professor culto, conhecedor de seu ofício, portador de uma cultura científica e pedagógica aprofundada. Mas, ao mesmo tempo, se desejava um professor *missionário* a serviço da estabilidade do regime e da ordem social instituída. Por isso, em ambos os países, a conduta social, política e religiosa dos candidatos ao magistério possuía muito peso na admissão às escolas normais. A inserção e progressão na carreira dependiam desses atributos, embora as duas publicações apontem para a falta de prestígio e reconhecimento social da profissão.

Este conjunto de ideias articuladas ao desejo político de *civilizar o povo* pela instrução permeia o discurso educacional nos dois países. Ambos vivem momentos de profundas transformações ao nível político, econômico e social e espera-se que o investimento na instrução pública produza uma nação mais próspera e civilizada à semelhança dos países desenvolvidos. Entretanto, a situação dos professores primários deixa muito a desejar pela indefinição de uma carreira profissional, poucos vencimentos e péssimas condições de trabalho. São recorrentes os anseios do professorado brasileiro em relação à criação de um Ministério da Instrução Pública nos moldes dos que “[...] existem em todas as nações do velho mundo” (ENSINO PRIMÁRIO, ano II, n. IV, p. 60). Também os docentes portugueses, pautados em proposta do Dr. Bernardino Machado,

na Câmara de Deputados, desejavam o retorno deste Ministério,³ como se pode deprender do discurso de Theophilo Ferreira, diretor da revista portuguesa:

Não occultaremos a nossa opinião sobre o assumpto já claramente formulado em 1870, [...] quando o Sr. D. António da Costa realisou igual aspiração, que vimos infelizmente inutilisada em nome de umas economias que ninguém comprehendeu. O assumpto torna novamente a occupar a atenção dos políticos e [...] estamos convencidos de que os partidos militantes se empenharão na solução de tão importante problema, muito mais não havendo quase nenhum augmento de despeza. [...] Almejamos que a sua criação não fique somente em projecto, para que os benefícios resultantes possam influir nas variadas manifestações da nossa actividade nacional. (O ENSINO, ano II, n. 6, p. 84-85).

Pode-se afirmar que o século XIX é verdadeiramente *o século da instrução pública*, momento de reflexões e debate sobre questões concernentes à organização político-administrativa dos sistemas educativos. Entretanto, este assunto acompanhou as vicissitudes de uma política instável, em que se sucederam golpes e mudanças de governo, no caso português, ou oscilações partidárias e ministeriais, no caso brasileiro.

Esse momento, também considerado *o tempo dos professores* e *o tempo das escolas* (NÓVOA, 1986, 1991), pela grande aposta social na educação escolarizada, traz uma questão forte que atravessa o sistema educacional dos dois países: o debate acerca da centralização ou descentralização da instrução primária.

Binômio centralização x descentralização

No caso brasileiro, a voz do professorado que emerge da revista *O Ensino Primário* se insurge contra a Inspeção Geral da Instrução que, segundo eles, não passava de um setor sem autonomia, apresentando-se como sucursal da Secretaria do Império, cuja ação centralizadora impedia o progresso e o desenvolvimento nacional. A falta de autonomia docente fazia com que os funcionários se sentissem

3 O Ministério da Instrução Pública fora criado pela primeira vez em Portugal em 1870 por meio da reforma de D. António da Costa. Devido à queda do governo, não foi posta em prática. Em 1890 cria-se novamente o Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes que dois anos depois seria também suprimido (CARVALHO, 2008).

“[...] machinas regidas por leis minuciosas sobre todas as cousas escolares” (O ENSINO PRIMÁRIO, n. IV, p. 61), onde a vontade, o esforço e o próprio trabalho não eram reconhecidos.⁴

O tom pessimista do cronista nos oferece a dimensão do quadro de infortúnios enfrentado pela classe, mobilizada em defender direitos adquiridos que não vinham sendo respeitados. Os regulamentos sofriam modificações constantes, sendo elaborados por pessoas que “[...] nunca dirigiram uma escola e sem as habilitações praticas precisas” (O ENSINO PRIMÁRIO, n. IV, p. 61). Reivindicavam os professores da Corte que os regimentos internos, horários das aulas e métodos de ensino ficassem a cargo dos docentes e dirigentes das escolas. Há, no documento, um apelo à Inspeção de Ensino para que este órgão colaborasse com os docentes na reabilitação da classe do magistério, satisfazendo suas principais reivindicações: a) que a categoria fosse dotada de mais autonomia e independência; b) que não se descontasse dos vencimentos dos professores a quantia destinada a pagar o local de sua moradia, no caso, o prédio da própria escola; c) que houvesse redução nos impostos pagos pelos professores, pois além dos 2% que incidiam sobre os vencimentos, eles eram obrigados a pagar mais 5% cuja destinação, segundo o cronista, só servia para “[...] locupletar os credores dos possuidores de escravos” (O ENSINO PRIMÁRIO, n. IV, p. 62).

No Brasil, a descentralização em termos de política educacional foi instalada em função da assinatura do Ato Adicional (1834) que passou a responsabilizar as províncias pela instrução elementar e secundária, reservando ao governo central a competência de gerir os estudos superiores. Exceção será feita ao Município da Corte (cidade do Rio de Janeiro), onde a instrução primária e secundária ficava submetida à ação do Ministério dos Negócios do Império.

A revista brasileira aqui examinada foi editada na cidade-capital, razão pela qual, ao menos em tese, o professorado carioca não deveria sofrer as consequências negativas do processo descentralizador. Entretanto, a situação precária dos docentes, suas dificuldades econômicas e desvalorização social são patentes e se assemelham às condições enfrentadas pelos companheiros portugueses. Será justamente com a instalação do regime republicano, em 1889, e com a Constituição de 1891 que a administração da instrução primária da antiga Corte, doravante denominada Distrito Federal, será alimentada pelos cofres municipais. Portanto, o novo

4 Os professores reivindicavam que os regimentos internos, horários de aulas e métodos de ensino ficassem a cargo dos docentes e dirigentes da escola, exigindo mais autonomia em relação à administração (O ENSINO PRIMÁRIO, nº IV, p. 62).

regime reforçará o processo descentralizador em relação à instrução, limitando a ingerência do governo federal ao ensino da elite (secundário e superior), enquanto a responsabilidade pela educação popular (ensino primário e normal) ficará sob a responsabilidade municipal.

Na revista portuguesa *O Ensino*, editada em Lisboa, a sessão *Discussão* se dedica a apoiar as reivindicações dos professores primários e seu primeiro número (31/01/1885) traz à baila a polêmica questão da centralização x descentralização do ensino em Portugal.

A reforma de ensino de D. António da Costa (1870) já preconizara a descentralização do ensino, combatendo a ação direta do Estado na instrução primária portuguesa. Propugnava a ideia de que a escola primária fosse dotada pela paróquia, auxiliada pelo município, na insuficiência dos meios paroquiais, e pelo Estado, caso os municípios se encontrassem em dificuldades. Em 1881, com a implantação da reforma Rodrigues Sampaio, instituída desde 1878, passa a vigorar o princípio da descentralização do ensino (CARVALHO, 2008).

Apesar de aprovar a medida, o diretor da revista, Theophilo Ferreira, critica a precipitação com que a mesma se fez, surpreendendo os municípios que não tiveram tempo suficiente para se habilitarem financeiramente, por falta de previsão orçamentária. Muitos conselhos ensejavam o restabelecimento do antigo regime e, na visão de Theophilo, dispunham-se a “[...] entregar nas mãos do Estado um serviço que, por sua natureza peculiar, devia ser desempenhado pelas localidades” (O ENSINO, v. I, n. 1, p. 4). Em sua opinião, era impossível ao poder central preocupar-se com questões inerentes ao ensino popular que possui necessidades específicas e particulares. Entretanto, reconhecia que os professores pudessem perder transitoriamente algumas das vantagens que possuíam quando recebiam seus proventos do Estado. Alegava, ainda, que as irregularidades que motivavam suas queixas tenderiam a desaparecer na medida em que as vereações se compenstrassem das obrigações devidas.

No terceiro número da revista (31/03/1885) a sessão *Discussão* trazia como subtítulo *os clamores e as representações do professorado*. Theophilo Ferreira admite, então, que começavam a chegar à redação cartas dos colegas que o informavam da lamentável situação na qual se encontravam, pois a maioria das câmaras municipais deixava de cumprir suas obrigações e atrasava os salários dos professores, afastando-se, portanto, da execução das leis e do espírito norteador da reforma.

O autor concorda que são irrisórios os proventos do professor primário, qualifica como *criminoso* o atraso dos pagamentos, o desleixo da maioria dos municípios e a apatia dos que deveriam vigiar para que as coisas não chegassem a tal extremo. Ressalva, porém, que o professorado da capital escapa a essa regra

geral, tendo em vista o projeto, de sua autoria, encaminhado à Câmara de Lisboa que fixava o ordenado de todos os professores em trezentos mil reis anuais, acrescido do subsídio de cem mil réis para aluguel de casas e gratificações a que tivessem direito por lei (O ENSINO, v. I, n. 3, p. 3).

Para entender com mais clareza a posição do editor desta revista faz-se necessário uma retomada ao campo no qual se produziram suas ideias e ações em relação à profissão docente. Além de professor normalista, formado em Marvila (1869), Theophilo Ferreira foi professor e diretor da Escola Normal de Lisboa praticamente até a sua morte, em 1894. Colaborou em diversas revistas pedagógicas como *Froebel*, *Gazeta Pedagógica*, *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* e *Revista Semanal do Clero e do Professorado*, além de fundar e dirigir a revista *O Ensino*. Em 1878, após concluir o curso da Escola Médica de Lisboa, foi eleito vereador da Câmara Municipal desta cidade e, entre 1882 e 1883, assumiu o pelouro da Instrução da Câmara, realizando atividade pública de alta relevância. Entre 1890 e 1894, na condição de deputado, manteve intensa atividade política com intervenções sistemáticas no campo da educação popular e do magistério primário.

No período em que esteve à frente do pelouro municipal da Instrução, emergem diversas iniciativas: a fundação do jardim-escola froebeliano da Estrela; a promoção de escolas elementares, de cursos complementares e noturnos; a criação da instrução primária superior (Escola Rodrigues Sampaio, para rapazes, e da Escola Maria Pia, para moças); o desenvolvimento de cursos de desenho industrial e artístico e do ensino de Lances nas escolas femininas; a criação de bibliotecas escolares e Museu Pedagógico; a proposta de constituição das Conferências Pedagógicas e a imposição de medidas higiênicas nas escolas.⁵

Portanto, sua luta em prol do magistério nasce dessa convicção liberal, segundo a qual o progresso só ocorrerá se os *humildes obreiros* tiverem seu papel reconhecido pela sociedade. *Tudo pelo ensino, tudo pelo professorado primario* é a máxima com que encerra o editorial que inaugura a revista em 1885.

A crescente decepção com os resultados desastrosos de um processo descentralizador que foge aos propósitos iniciais leva-o a retratar-se um ano depois nas páginas do mesmo periódico:

Fomos e somos apologistas da descentralização do ensino primario e só d'este systema administrativo esperavamos

5 Sobre a biografia de Theophilo Ferreira, ver *Dicionário dos Educadores Portugueses*, organizado por António Nóvoa (2003).

a melhoria das condições económicas do professorado e maior propagação da instrução popular. [...] Enganámos. E hoje não nos repugna confessar que se não estava preparado para receber a dádiva que nos offerteram as leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880. Compunge-nos a confissão; mas forçoso é faze-la para ficarmos bem com a nossa consciência. (O ENSINO, v. II, n. 10, 1886, p. 145).

A mudança de opinião se justifica pelo fato de chegarem cotidianamente à redação protestos de professores das diversas cidades, vilas e aldeias portuguesas contra a incúria das câmaras municipais, governadores, juntas de distrito, inspetores de ensino. Alegava o autor que estes não possuíam “[...] ouvidos para escutar o ruído que por esse paiz fóra sáe dos lábios timoratos d’esses obscuros obreiros chamados - *professores primários*” (O ENSINO, v. II, n. 10, 1886, p. 146).

O Ministério da Instrução Pública⁶ seria instalado pela segunda vez em Portugal em 1890, optando-se pela centralização nesse departamento estatal de tudo o que dizia respeito à instrução primária. Dois anos mais tarde foi de novo suprimido, mas o princípio da centralização se manteve.

Em termos de controle sobre as atividades do professorado, as queixas aparecem nos dois países, o que significa dizer que talvez não se possa atribuir ao processo de centralização/descentralização a responsabilidade pela maior ou menor autonomia da classe. Se, por um lado, os professores da Corte se queixam da ação impiedosa dos inspetores de ensino e da escassa liberdade em termos pedagógicos, também os professores portugueses se debatem contra a autoridade e desmando das Juntas Provinciais e Conselhos Superiores de Instrução Pública. Estes órgãos tinham por hábito vigiar o comportamento e as práticas docentes, transferindo muitos professores para localidades distantes, sob alegação de falta de zelo nas suas funções, pouca assiduidade às aulas, insuficiência de conhecimentos ou mau aproveitamento dos alunos.⁷

6 Por decreto de 5 de abril de 1890 o órgão seria novamente instalado, denominado agora Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes.

7 Encontram-se no Instituto dos Arquivos Nacionais (Torre do Tombo) inúmeros processos disciplinares instaurados em diversos concelhos e distritos portugueses que procediam ao julgamento de professores, acusados, na maioria das vezes sem provas, que ficavam à mercê da simpatia ou boa vontade das autoridades locais. (IAN/TT. Livro 378. Processos disciplinares, caixa 7).

Percursos do estatuto profissional docente

A revista *O Ensino Primário* se constitui em uma das muitas iniciativas dos professores primários da cidade do Rio de Janeiro, muito comum nessa época de manifestos e abaixo-assinados organizados pela categoria. Trata-se, portanto, de um impresso de autoria coletiva, organizado com o objetivo de divulgar e fortalecer o associativismo docente (LEMOS, 2008), destacando-se como principais redatores os professores Januário Sabino e Luiz Augusto dos Reis.

Os números examinados relatam, com especial interesse, a situação dos professores adjuntos (sem formação específica) que se sentiam ameaçados pelo modelo escolarizado representado pela criação da Escola Normal da Corte, em 1880.⁸ Além disso, a revista também oferecia aos leitores uma seção pedagógica, de caráter prescritivo, bem como notícias informativas sobre nomeações, designações, licenças ou falecimentos de professores e crônicas nas quais se procurava retratar a situação precária dos professores, as dificuldades por que passavam e o controle a que eram submetidos por parte do Estado.

Talvez o que mais chame a atenção nesta publicação é o fato de refletir com clareza os interesses de uma classe fragmentada devido à coexistência de dois modelos de formação e recrutamento de docentes: os professores formados na prática e recrutados segundo concurso de seleção para iniciarem a carreira na condição de adjuntos⁹ e os professores-normalistas egressos dos cursos da Escola Normal recém-criada e por este motivo pouco numerosos. O discurso dos professores pode ser compreendido como uma forma de resistência esboçada diante das ameaças à sua autonomia como categoria profissional. O periódico se configura como um dispositivo de comunicação cuja estratégia tem por fim defender os interesses da classe e assegurar seu espaço junto a uma sociedade convencida pelo discurso governamental do poder civilizador da instrução pública. Nesse sentido, torna-se esclarecedora a mensagem que lhe serve de epígrafe: “Abrir escolas é fechar prisões” (O ENSINO PRIMARIO, n. IV, 1885).

8 Era, de fato, delicada a situação dos professores adjuntos das escolas públicas primárias no Rio de Janeiro face à nova exigência de cursarem, pelo menos, as disciplinas dos dois primeiros anos da Escola Normal para que pudessem se manter no cargo. A exigência foi imposta pelo Regulamento de 18 de janeiro de 1877 (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, nº 1, p. 20).

9 No Brasil, após a instalação do regime republicano (1889), Benjamin Constant assume o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos. Em sua gestão, busca valorizar a formação profissional do magistério, pois na reforma educacional que realiza no Distrito Federal, em 1890, restringe o exercício do magistério público primário aos alunos graduados pela Escola Normal.

No tocante à dimensão profissional, a revista brasileira se refere ao controle sofrido pelos docentes, destacando os conflitos ocorridos entre o professorado e as autoridades administrativas, na figura do Inspetor da Instrução Pública que, de forma recorrente, desqualificava o trabalho dos professores acusando-os de *incompetência profissional*. Por ousar defender a categoria, denunciando pela imprensa os arbítrios que vinham sendo impostos aos docentes, um dos professores foi suspenso de suas atividades, angariando a solidariedade de sessenta companheiros que se manifestaram por meio de um abaixo-assinado. Diante da resistência esboçada pela categoria, o Inspetor não teve outra saída senão demitir-se do cargo, fato amplamente comemorado no editorial de um dos números da revista.

Uma das crônicas publicadas na revista, em agosto de 1885, retrata as agruras vividas pelos professores primários naquele final de século. De forma irônica, o cronista anuncia sua temática: “Magnífico isto de ser professor publico primario na côrte do vasto e rico império do Brazil!” e, em tom pessimista, passa a discorrer sobre a carreira na qual “[...] os dias succedem-se envelhecendo-nos lenta e precocemente, dando-nos esperanças que se convertem em tristes e dolorosas desillusões” (O ENSINO PRIMARIO, ano II, n. 6, p. 59).

A baixa remuneração dos professores primários aparece de forma recorrente, bem como a constante tensão entre os docentes e o Estado. Sentindo-se desamparados pelas autoridades administrativas, que “[...] não têm um olhar de animação para esta classe desprotegida e que não merece nada dos que nos governam” (O ENSINO PRIMARIO, ano II, n. 6, p. 60), o autor afirma que a categoria trabalha apenas para “[...] alimentar vaidades pessoais dos governantes” (O ENSINO PRIMARIO, ano II, n. 6, p. 60). Egressos de estratos sociais mais baixos, mas detentores de um conhecimento que os coloca, teoricamente, em situação de igualdade com alguns profissionais liberais, os professores se ressentem da falta de reconhecimento em relação ao seu trabalho.

Assiste-se, a partir da década de 1870, à proliferação de associações docentes na Corte Imperial, que assumiam modelos diversos: associações beneficentes de auxílio profissional, de socorro mútuo, montepios; “[...] algumas de caráter mais corporativo/associativo, outras de perfil formativo/científico, embora muitas vezes tais características possam ser encontradas juntas numa mesma organização” (LE MOS, 2008, p. 12). Podem ser citados os casos da *Associação dos Professores Públicos da Corte*, divulgada no periódico *A Escola* (1877), o *Grêmio dos Professores Primários da Corte* que teve seus estatutos aprovados em 1882, e a *Caixa Beneficente da Corporação Docente do*

Rio de Janeiro, cujos estatutos foram localizados pelo autor no Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Brasil.

O associativismo docente que se desenvolveu no Brasil por iniciativa de professores primários foi semelhante ao que se desenvolveu em Portugal, fato explicado pelas precárias condições de trabalho existentes nos dois países (FERNANDES, 1989).

No final do século XIX, o nível salarial dos professores primários portugueses mantinha-se próximo aos valores fixados pela Reforma Pombalina do século anterior, o que era absolutamente inaceitável (NÓVOA, 1993). As críticas feitas pela imprensa, como já foi mencionado, tinham como alvo a política de descentralização do ensino, que confiou às Câmaras Municipais a responsabilidade pelos vencimentos dos professores, o que provocava enormes atrasos nos salários e uma situação insustentável para o magistério primário.¹⁰

A revista *O Ensino* se dedicou a defender os interesses e anseios da categoria e, em todos os números analisados, Theophilo Ferreira se reportava às reclamações provenientes das diversas províncias, notadamente as vindas dos professores em exercício nos *concelhos rurais*. Em sua opinião seria impensável continuar a “[...] suffocar a voz da justiça e o grito dos oprimidos [...]” e, como alternativa, propunha o único meio para tentar aniquilar “[...] tamanha prepotencia e insensatez tão desmesurada [...]”: a organização de todo o professorado em associações de classe para impor seus interesses às autoridades que “[...] conhecendo só os deveres para nos oprimirem, olvidam suas obrigações para nos rebaixarem.” Os acontecimentos reclamavam uma interferência direta do governo e o redator aconselha a reunião dos professores num mesmo pensamento convencendo-os de que “[...] a união faz a força” (*O ENSINO*, v. II, n. 10, p. 147).

A partir dessa perspectiva, liderou, amparado pela visibilidade da revista, a iniciativa de criar uma *Federação do Professorado Primario Português*, no que foi apoiado pela *Associação dos Professores Primários de Lisboa*, existente desde 1880. As bases gerais que deveriam nortear a proposta podem ser resumidas em cinco itens: “a) agremiação de todos os professores primários elementares, complementares e especiais de nomeação régia ou pelas câmaras municipais em exercício em quaisquer escolas públicas; b) propagação e aperfeiçoamento da

10 Ver a respeito os postais contendo caricaturas referentes à situação do professorado primário em Portugal na obra de Nóvoa (1993). Em especial, citamos *O Pária*, de autoria de José Américo e Silva, datado de 1887, que transmite uma imagem miserável dos professores de instrução primária em comparação com os professores da instrução superior. A mesma *charge* se refere também à notícia chegada da Ilha da Madeira que relata a morte por fome de um professor primário, muito comentada na imprensa da época.

instrução popular pelo concurso individual ou coletivo da classe; c) realização de congressos de caráter nacional e internacional nos quais se discutiriam questões de interesse pedagógico e econômico em relação à escola e ao professorado; d) solicitação aos poderes públicos para que fossem promulgadas leis de caráter permanente em que se assegurasse às viúvas e órfãos dos professores o usufruto de pensões vitalícias ou temporárias; e) dar início a todos os projetos que visassem a melhoria moral, pedagógica e econômica das escolas e do professorado primário” (O ENSINO, v. II, n. 11, 1886, p. 163).

A comissão de professores, a qual Theophilo Ferreira integrava, foi responsável pela redação de uma circular para ser divulgada na revista a todos os companheiros do país:

Presado collega:

A situação cada dia mais lastimosa, em que se encontra a nossa classe, levou a - *Associação dos Professores Primários* – com séde em Lisboa, a reunir-se em assembléia geral, votando por unanimidade, as bases para a *Federação* do professorado.

O que determinou a - *Associação dos Professores Primários* – a tomar a iniciativa de tão grandioso empreendimento foi o facto de conhecer os vexames de que todos os dias estão sendo victimas os nossos collegas das provincias, principalmente das freguezias ruraes, onde é materia corrente a falta não só de pagamentos dos minguados vencimentos dos professores primarios, mas ainda das gratificações de frequência e de exames!

[...] O professor primario no nosso paiz é um pária da sociedade! Para elle, todas as obrigações, todos os deveres, todos os rigores, mas nenhum direito!

[...] Lembramos (...) ao collega que – *a união faz a força* – e que, se isolados e dissimados pelo paiz, estamos representando um papel de uma fraqueza senil, podemos pela união, ganhar todo o prestígio e toda a respeitabilidade a que nosso sacerdocio tem incontestaveis direitos. (O ENSINO, v. II, n. 11, 1886, p. 164-165, *grifos do autor*).

A ideia da *Federação* se alastrou pelo país, centenas de cartas foram endereçadas à redação da revista e, finalmente, foi nomeada uma comissão para elaborar os estatutos da associação composta por Theophilo Ferreira, Domingos Coelho Ribeiro e Arthur Lucas Marinho da Silva. Uma comissão de professores primários do Porto enviou um entusiasmado ofício de adesão e,

inspirados neste projeto, fundaram e publicaram em Vila Nova de Gaya, um jornal denominado *Federação Escholar*.

Theophilo Ferreira possuía plena convicção de que só através da *Federação* os professores primários portugueses poderiam aspirar as vantagens a que tinham direito e que lhes eram usurpadas pela incúria das autoridades administrativas que confiavam na fraqueza proveniente da fragmentação da categoria.¹¹

Últimas considerações

Sabemos que para a história cada acontecimento é único, mas as forças históricas, certamente, podem se mover de forma paralela num mesmo tempo ou em diferentes temporalidades. A comparação desses paralelos pode revelar regularidades e, como nos ensina Marc Bloch (1983), fenômenos sociais semelhantes à primeira vista podem apresentar analogias em meios sociais distintos. Para além da observação das diferenças, tão peculiar no trabalho do historiador, compete-nos fazer aparecer as continuidades e/ou conexões entre os fenômenos estudados (GRUZINSKI, 2001).

Que articulações podem ser estabelecidas entre as narrativas apresentadas? Em que medida essas histórias se cruzam? Poderíamos listar inúmeros pontos convergentes, a começar pela recorrência dos discursos acerca da necessidade da instrução para alcançar o almejado progresso e *civilizar o povo*. A recorrência de reformas nem sempre efetivadas é outro ponto comum, bem como a utilização da imprensa de educação e ensino como forma de sensibilizar as autoridades e a opinião pública, além de dar voz ao professorado na luta pela melhoria de sua situação profissional.

Apesar desses aspectos coincidentes, é preciso chamar atenção para algumas variáveis entre os percursos da luta associativa empreendida nos dois países. No Brasil, ou mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, a julgar pelo material analisado, assume especial destaque a fragmentação da categoria, expressa num confronto entre professores *formados na prática* – os adjuntos – e os professores normalistas cuja formação especializada na Escola Normal, criada em 1880, já começava a ameaçar a unidade do movimento. A falta de coesão do professorado era, a bem da verdade, estrategicamente

11 Foram diversas as tentativas de levar adiante associações docentes em Portugal nos fins do século XIX. Em 1854, por iniciativa de Luiz Felipe Leite, fundou-se a Associação dos Professores do Reino e das Ilhas; em 1880, professores normalistas criaram a Associação dos Professores Primários de Lisboa. Os esforços em prol da criação da Federação do Professorado Primário Português, protagonizados por Theophilo Ferreira datam de 1886, sendo também relevantes as iniciativas de Bernardino Machado no âmbito dos Congressos Pedagógicos de 1892 e 1897. Neste último ano, cria-se a Associação dos Socorros Mútuos do Professorado Primário Português que marcará o regresso a uma perspectiva mutualista do movimento associativo (NÓVOA, 1986).

explorada pelas autoridades administrativas que desqualificavam as práticas docentes dos adjuntos e, via de regra, promoviam sua substituição por professores normalistas. Além disso, tratava-se de um periódico com pouca ressonância nas demais províncias, até em razão de sua efemeridade, pois a publicação não ultrapassou dois anos. Não podemos esquecer, também, que estamos a falar de um país de longa extensão territorial, com diversidade incontestável e por esse motivo torna-se quase impossível, sobretudo no período estudado, promover a união da categoria como tentou fazer Theophilo Ferreira com a sua *Federação do Professorado Primário Português*, projeto bem mais ambicioso.

Entretanto, seguindo a pista que nos deixam as pesquisas de Lemos (2008), as décadas de 1870 e 1880, notadamente no Rio de Janeiro, podem ser consideradas um momento forte em termos de afirmação do magistério primário, em que pesem todas as dificuldades e fragmentações enfrentadas pela categoria.

Em uma outra linha, bastante facilitada pela extensão territorial do Reino e pela repercussão nacional em torno do pensamento e ação política de seu idealizador, a proposta da *Federação* se dispôs a incluir *todos os professores primários* elementares ou complementares, com nomeação régia ou camarária, em exercício em quaisquer escolas públicas e, ainda, os diplomados que desejassem aderir ao movimento. É certo que, apesar dos esforços, a *Federação* não se concretizou, mas contribuiu para germinar o espírito de solidariedade entre a categoria que irá frutificar mais tarde com a criação da *Liga Nacional do Professorado Primário Português* (1907), já no final do período monárquico.¹²

Assiste-se, hoje, ao processo de precarização do trabalho docente, situação que aflige prioritariamente o professorado primário e que se reflete no pequeno prestígio acadêmico conferido aos espaços de sua formação. Mas, se podemos perceber semelhanças entre o papel social dos professores durante a época examinada e nos tempos atuais, é preciso reconhecer que ao final de oitocentos iniciou-se um processo de afirmação do estatuto profissional docente. Em parte, o processo foi alavancado pela exigência de uma formação especializada no âmbito das escolas normais, onde se esperava que os alunos obtivessem o domínio das ciências da educação, em parte pela recusa de um modelo profissional que se assentava no *paradigma do sacerdócio* e que acabou por abrir espaço às associações sindicais.

12 Após a implantação da República, os esforços associativos ganharão ainda maior consistência com a fundação do *Sindicato dos Professores Primários Portugueses* e a *Associação Geral dos Professores Primários de Portugal*, em 1911 e 1916, respectivamente. A mais importante das experiências associativas, a *União do Professorado Primário Oficial Português*, criada em 1918, contava em 1925 com a adesão de 90% da classe. Embora o golpe de 1926 tenha enfraquecido seu poder de luta, no período em que esteve à frente dos interesses da categoria, essa entidade contribuiu efetivamente para a melhoria das condições socioeconômicas e do estatuto profissional dos professores portugueses.

Referências

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: **Mêlanges historiques**. Paris, França: Editions J. Fleury & École des Hautes Études en sciences sociales, 1983. p. 16-40. (v. 1).

CARVALHO, Luís Miguel. Desafios na fronteira da História Comparada da Educação. In: GATTI, D.; PINTASSILGO, J. (Org.). **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: EDUFF, 2007. p. 143-164.

_____. Notas para um estudo da circulação e estruturação do conhecimento educacional na imprensa de educação e ensino. In: Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel. **Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960): estudos comparados Portugal-Brasil**. Lisboa, Portugal: Educa, 2009. p. 173- 194.

CARVALHO, Romulo de. **História do ensino em Portugal**. 4. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena C. (Org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa, Portugal: Difel, 1990.

FERNANDES, Ana Lúcia C. **A construção do conhecimento pedagógico: análise comparada de revistas de educação e ensino Brasil-Portugal (1880-1930)**. 350 f. Tese (Doutorado em História da Educação)- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2006.

FERNANDES, Rogério. **O despertar do associativismo docente em Portugal (1813-1820)**. Lisboa: Instituto Irene Lisboa, 1989.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Lisboa. **Livro 378**. Processos disciplinares, caixa 7.

LEMOS, Daniel. O governo de si: associativismo e profissionalização docente na Corte Imperial. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: novembro, 2008 (CD ROM).

NÓVOA, António. O regresso dos professores. Palestra proferida na Conferência **Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da vida** promovida pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Lisboa, Portugal, set. 2007. Disponível em: <<http://escoladosargacal.files.wordpress.com/2009/05/regressodosprofessoresantonionovoa.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

_____. **Evidentemente.** Histórias da Educação. Porto, Portugal: Edições Asa, 2005a.

_____. **Vers um comparatisme critique:** regards sur l'éducation. Lisboa, Portugal: Educa, 2005b. (em colaboração com Tali Yariv-Mashal).

_____. **Dicionário de Educadores Portugueses.** Porto, Portugal: Edições Asa, 2003.

_____. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do *repertório* português. In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. (Org.). **Educação em Revista:** a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-32.

_____. **Histoire et Comparaison.** Essais sur l'Éducation. Lisboa, Portugal: Educa, 1998.

_____. Modelos de análise em Educação Comparada: o campo e a carta. **Les Sciences de l'éducation - Pour l'Ére nouvelle.** Tradução de Ana Isabel Madeira. n. 2, p. 9-61, Caen, Basse-Normandie, France, 1995.

_____. (Org.). **Os professores e as reformas de ensino na viragem do século (1886-1906).** Porto, Portugal: Edições Asa, 1993.

_____. (Dir.). **A imprensa de educação ensino - Repertório Analítico (séculos XIX-XX).** Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

_____. **Do mestre-escola ao professor do ensino primário:** subsídios para a história da profissão docente em Portugal (século XVI-XX). Lisboa, Portugal: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Educação Física, 1986.

ENSINO (O). **Revista de Instrução Primaria.** Lisboa, Portugal: Typographia de Eduardo Roza, ano I, n. 1, jan. 1885; ano I, n. 3, mar. 1885; ano II, n. 6, mar. 1886; ano II, n. 10, maio 1886; ano II, n. 11, jun. 1886, ano II, n. 24, dez.1886. (Biblioteca Nacional de Portugal. Ref.: J 1342 B).

ENSINO PRIMÁRIO (O). **Revista consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários.** Rio de Janeiro: Typographia Camões, ano I, n. 1, maio de 1884; ano II, n. 4, ago.1885. (Biblioteca Nacional do Brasil. Ref.: PRSOR 03758(1).

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. **De La comparaison à l'histoire croisée.** Paris, France: Seuil, 2004.

Recebimento em: 21/01/2013.

Aceite em: 15/07/2013.